



15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Dinara Leslye Macedo e Silva Calasanz¹; Lidiane Maria França de Paula²; Lorena Soares Bezerra³; Maria das Graças de Queiroz Maia⁴; Rafaela Elane França de Souza⁵
Sidnéia Maia de Oliveira Rego⁶

RESUMO

A educação inclusiva busca promover e assegurar o direito instrutivo e social à acessibilidade dos indivíduos com deficiência. Alicerçado nisso, a presente pesquisa objetivou avaliar as dificuldades enfrentadas pela gestão pública escolar para assegurar a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais em uma escola da rede estadual no município de Encanto-RN. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com estudo de campo e de caráter quali-quantitativo. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários elaborados com perguntas abertas e fechadas, direcionados a um grupo composto da equipe gestora e docentes, que totalizaram 14 participantes. Em seguida, as informações obtidas foram analisadas através do *software* Excel e da nuvem de palavras, que consiste em imagem gráfica que destaca as palavras mais citadas. Os resultados demonstraram os problemas que perpassam o processo de inclusão na escola, incluindo a escassez de recursos financeiros e humanos, abrangendo a ausência de formação e capacitação dos profissionais nessa área, bem como a questão de infraestrutura da escola que dificulta a acessibilidade. Além disso, constatou-se que os profissionais consideram o apoio familiar e o combate ao preconceito como aspectos relevantes para uma efetiva inclusão. Conclui-se, portanto, que há a necessidade de medidas adaptativas na escola pesquisada para uma condição inclusiva mais ampla e acessível. De mesmo modo, o estudo aponta a carência de formação dos professores, assim como da ausência do profissional capacitado em educação especial e reforça o valor da relação família/escola como estímulo e suporte para os alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Palavras-chave: Necessidades Educativas Especiais; Educação Inclusiva; Gestão Escolar.

¹ Doutora em Administração. Professora do Departamento de Ciências Administrativas da UFRN.

² Bacharela em Administração Pública. Servidora pública estadual - SEEC. liannedepaula@hotmail.com.

³ Doutora em Ciências da Nutrição. Nutricionista no IFCE/Jaguaribe. lorena.sbezerra@gmail.com.

⁴ Especialista em Gestão pública. Servidora pública estadual - SEEC. queiroz.maia@hotmail.com.

⁵ Especialista em Literatura e ensino. Professora da rede municipal de Natal. rafinhaelane@hotmail.com.

⁶ Mestre em Gestão de organizações aprendentes. Professora Adjunta II na UERN. sidneiamai@uern.br.

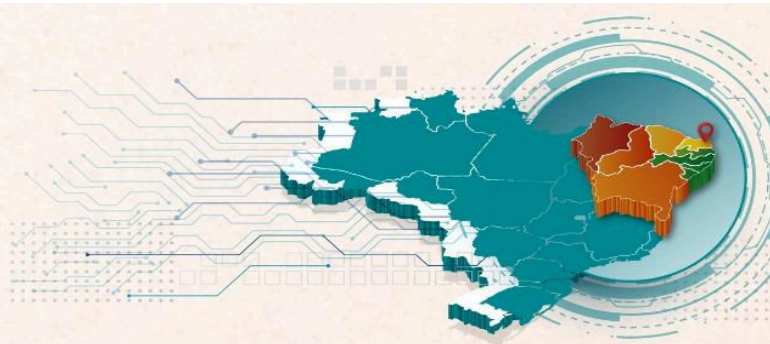


15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



INTRODUÇÃO

A construção da educação inclusiva vem sendo um processo em que no desenvolvimento das políticas públicas, acontecem reformas constantes no sentido pedagógico e administrativo. Segundo Xavier e Júnior (2018), no cenário atual a educação inclusiva perpassa todas as modalidades de ensino, ou seja, desde as primeiras fases com o público infantil até ao nível superior. Porém, percorrendo a história, houve diferentes momentos em que a inclusão social não era efetiva, onde escolas especiais eram separadas das regulares, que inclusive foi alvo de críticas, pois o modelo de ensino das duas eram correspondentes, contudo, existia a discriminação com relação aos alunos com deficiência.

Na execução das políticas de inclusão, a edificação do gestor como um dos principais atores, dentro de leis que regem a inclusão dos alunos com necessidades especiais, vem possibilitando uma maior abertura para o fortalecimento e inovação de ações que beneficiem cada vez mais esses estudantes dentro da esfera educacional. Segundo Tezani (2004), para a execução da filosofia inclusiva, há vários obstáculos para as ações e práticas pedagógicas que abrangem tanto os aspectos físicos como as estruturas prediais, além também dos pessoais, concernentes à formação de valores e opiniões de cada um. Nesse sentido, a área da educação, principalmente da rede estadual, lida com questões que vêm sendo sempre debatidas a longo prazo, como baixos salários, pouco investimento e ausência de formação adequada, envolvendo e refletindo diretamente nos que atuam no meio. De acordo com Carneiro (2008), é preciso valorizar esses profissionais, ampliar as condições de acesso e permanência na escola, assim como a qualidade do ensino oferecido. Portanto, é fato, os percalços e frustrações existentes no âmbito escolar que dificultam a prática do total alinhamento entre as ações que a equipe diretiva deseja efetuar, tendo em vista a realidade que as escolas públicas vivenciam.

O presente artigo se propõe a analisar quais são as dificuldades enfrentadas pela gestão pública escolar para assegurar a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em uma escola da rede estadual no município de Encanto-RN. Além disso, pretende-se investigar os recursos disponíveis (físicos, humanos e financeiros) na escola para trabalhar com alunos com NEE; identificar aspectos facilitadores e dificultadores na opinião da gestão e da

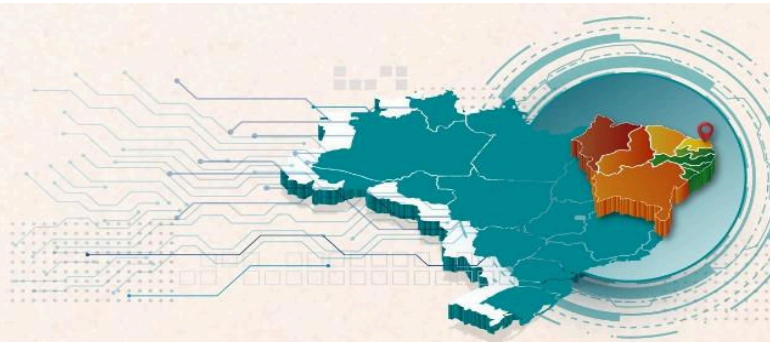


15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



equipe docente para inclusão desses alunos e avaliar como a gestão e o corpo docente lidam com o preconceito com esses alunos no ambiente escolar.

Trata-se de estudo de campo, exploratório e descritivo com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual que contempla o ensino fundamental (6º ao 9º Ano) e ensino médio, com um total de 305 alunos, localizada no município de Encanto/RN.

Os dados obtidos através do formulário foram submetidos à análise estatística descritiva, mostrando os resultados em percentuais e apresentados em gráficos e tabelas, com auxílio do programa Excel. Também foram realizadas as análises acerca das respostas subjetivas referentes às questões abertas através da nuvem de palavras, elaboradas no site <https://www.wordclouds.com/>. Essa análise gera uma representação visual em função da frequência de palavras. Assim, as palavras que são mais citadas aparecem em tamanho maior (GARCIA; REIS; CAPELLINI, 2021).

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da Declaração de Salamanca surgiu a proposta do uso da expressão “necessidades educativas especiais”, pois o vocabulário da deficiência foi desconsiderado por implicar uma interpretação médica onde se distinguia o normal e o anormal. Além disso, o intuito era o de focar nos objetivos educativos e nas aprendizagens que não estivessem sujeitos aos diagnósticos médicos (NETO, 2020).

Diante do exposto em relação ao termo necessidades educativas especiais, Lima, Oliveira e Nunes (2021, p. 5) ressaltam:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira carece de algumas alterações, dentre elas a necessidade de atualizar a terminologia para, por exemplo, substituir expressões como “portadores de necessidades especiais” por “alunos com deficiência”. Antes a educação era definida em função das crianças com uma série de problemas físicos, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Nestes últimos 20 anos, ficou claro que o conceito de necessidades educativas especiais tinha que ser ampliado a fim de incluir todas os sujeitos independentemente de suas condições físicas, cognitivas e afetivas qualquer que fosse o motivo, que não se beneficiam do ensino escolar (LIMA; OLIVEIRA; NUNES, 2021, p. 5).



15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



Lima et al (2020) alegam que há uma diferença quanto às políticas públicas de governo e do Estado. Na primeira, abrange programas, ações, projetos, dentre outros, enquanto na segunda, são as leis de fato, como por exemplo, a Constituição Federal, que serve de base e é sempre atuante, independente de quem esteja governando. Portanto, conforme Zeela e Santos (2017), pelas leis que estão em vigor, é dever do poder público, ou seja, do Estado, prestar os serviços que são específicos ao atendimento das pessoas com necessidades especiais.

A discussão contínua da inserção de alunos com necessidades especiais, deu abertura ao longo dos anos para o surgimento de leis e documentos que asseguram e reforçam direitos. Vale ressaltar a luta dessa conquista até aqui, pois todo passo dado no intuito à ação da integração desses discentes, tem seu papel contributivo e necessário dentro de um processo de inclusão que busca, acima de tudo, a dignidade e o respeito humano. De acordo com Neto et al (2018), falar em inclusão é sempre um desafio, por ser um campo desconhecido para muitos, então por essa razão é importante resgatar, voltar ao tempo para uma melhor compreensão do que se fala na atualidade sobre inclusão e seus pontos, que causam por vezes angústias e algumas polêmicas.

Vale destacar que a educação inclusiva no Brasil teve um grande avanço a partir de 1961, a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.4024/61) ao propor o “direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino” (SILVA et al., 2017, p. 20). Os autores, porém, afirmam, que apesar dessa Lei assegurar ao aluno com necessidades especiais, o direito à educação regular, a escola não garantia recebê-los com a atenção devida nem também os materiais necessários e adequados para seu aprendizado, alegando falta de preparo, inclusive dos profissionais. No entanto, com o decorrer do tempo essa realidade foi se modificando.

De acordo com Bezerra, Brito e Menezes (2017), no processo de evolução da educação brasileira, a temática sobre inclusão nunca esteve presente de forma aprofundada e abrangente. Esse avanço se deu a partir da Constituição de 1988 que deu início a um discurso de igualdade entre todos. Outro documento também importante introduzindo as crianças com deficiência foi a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que presume os deveres proeminentes do Estado no tocante ao modelo educacional e na formação dos professores. Esse documento foi criado a partir da

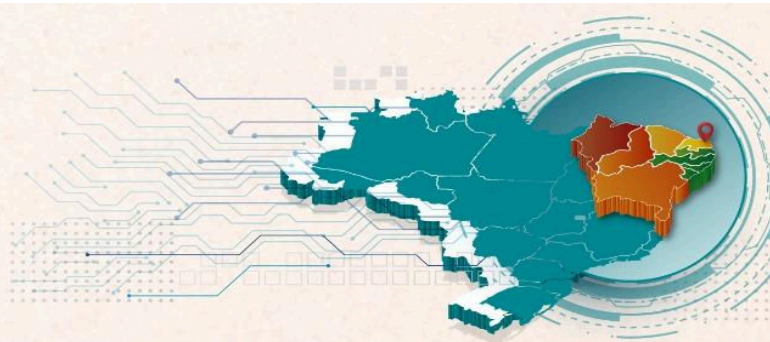


15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



iniciativa e a ligação de forças como movimentos sociais, teóricos, professores e políticos, dentro de uma concepção democrática, apesar de haver contradições.

Dentro dessa trajetória, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), expediu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, com o intuito de normatizar e orientar a educação básica a respeito da inclusão. Já o Decreto nº 6.571/2008, trata e determina no §1º do art.1º, sobre o atendimento educacional especializado, visto como um conjunto de atividades, onde os recursos de acessibilidade e pedagógicos são organizados de forma institucional de modo a servir de maneira complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Esse decreto foi implementado por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que em seu artigo primeiro decreta que os alunos com necessidades especiais onde abrange os transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devem ser matriculados nas classes do ensino regular e no Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que pode ser disponibilizado em salas de recursos multifuncionais, em Centros de Atendimento Educacional Especializado ofertado pela rede pública ou em Instituições sociais sem fins lucrativos (FARIAS; BEZERRA; MALUSÁ, 2018).

Nesse âmbito, é inevitável o protagonismo da gestão escolar na educação inclusiva e no seu envolvimento para a execução dos diversos preceitos existentes. A contribuição do gestor está essencialmente nas ações realizadas na escola, dentre elas o ensino, que deve ser o mesmo para todos, dentro de suas particularidades e diferenças (SANTOS, 2020).

Nessa conjuntura, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, vinculam a educação inclusiva com a gestão escolar, pois seu Artigo 44 descreve uma proposta pedagógica que pensa na construção coletiva onde os sujeitos (crianças, jovens e adultos) possam aprender e tenham direito à proteção e participação social. Abrange também a realidade e o perfil desses indivíduos no que se refere ao âmbito e contexto educativo, bem como de outros pontos que se associam na relação entre aluno e Instituição Escolar, como o intelectual, emocional, cultural, afetivo e socioeconômico. Apresenta também em seu plano, o programa que tem por objetivo o acompanhamento de acesso, permanência e a superação de retenção dos estudantes, além de ações que visam observar os resultados de avaliação interna e externa. Por



15º CONGRESPO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



último e não menos importante, a percepção da organização física da escola, de modo que esteja de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo, que atenda às normas de acessibilidade que vão além do escopo didático e pedagógico (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2017).

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, contemplando o prazo decenal de 2014 a 2024, por meio da Lei nº 13.005 de 25 de junho, onde constam 10 diretrizes e 20 metas, em que se destaca a meta 4, correspondente à educação inclusiva. Envolvendo todos os indivíduos de 4 a 17 anos que têm deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotados ao ingresso da educação básica no ensino regular, além da garantia do processo de inclusão em que esses alunos possam ter acesso a serviços multifuncionais e especializados.

Nessa perspectiva, ainda são muitos os desafios com relação à educação inclusiva, mesmo diante das melhorias fomentadas pelas normativas legais no decorrer dos anos, em que barreiras vêm sendo superadas buscando igualdade para todos, para que cada indivíduo seja visto pela sociedade com suas características e diferenças (OLIVEIRA; MORAIS, 2017).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O perfil demográfico dos respondentes da pesquisa foi esboçado considerando os aspectos de gênero, idade e escolaridade. Participaram da pesquisa 14 funcionários da escola avaliada, do município de Encanto/RN. Na análise do perfil dos participantes, foi observado que a maioria é do gênero feminino (57%). Quanto a faixa etária dos participantes, foi constatado que 42,9% apresentam idade entre 36 e 40 anos), sendo a minoria pertencentes às faixas dos 41 a 45 (7,1%) e dos 51 a 55 anos (7,1%). A graduação é a maior formação acadêmica de 14% dos participantes, porém 64% têm especialização e 22% possuem mestrado. Quanto à função exercida na Instituição, 27,3% pertencem à equipe gestora e 78,6% são docentes. Em relação ao tempo de serviço, a maioria dos entrevistados, 64,2% não ultrapassa os cinco anos na Instituição, o que deixa claro um quadro atualizado de servidores.

Mediante a análise das respostas, constatou-se que a maioria dos professores aprovam o trabalho da gestão com relação à promoção de inclusão dos alunos com NEE, pois 81,8% responderam positivamente. Um dos pontos que pode servir de referência para tal resultado, é

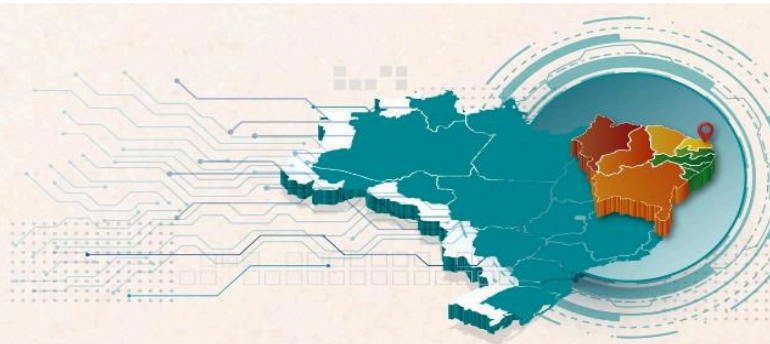


15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



que 72,7 % dos docentes que trabalham com alunos com NEE responderam que desenvolvem práticas pedagógicas voltadas a esse público, inclusive 54,5% utilizam práticas ou estratégias em sala de aula para lidar com o preconceito (pergunta 7 da Tabela 1).

Dentre essas ações, segundo os participantes, está a de primeiramente ter uma autoanálise enquanto educando no sentido de saber trabalhar as diferenças, qualidades e necessidades de cada um. Também o diálogo com as turmas, adaptações de conteúdo como textos reflexivos, vídeos e debates envolvendo a temática e que trabalham valores como respeito, solidariedade e empatia, a não aceitação de qualquer demonstração preconceituosa ou de *bullying*, o incentivo de trabalhos e jogos em equipe que envolvam de forma dinâmica assuntos que abordam o respeito e a inclusão, gerando momentos que o próprio aluno com NEE demonstre suas habilidades.

Essas práticas antes de serem trabalhadas são discutidas e acordadas com a equipe gestora, portanto há um alinhamento de entendimento e trabalho em conjunto. Concomitante a isso, foi observado que 72,7% dos professores que têm alunos com NEE avaliaram que eles se sentem acolhidos em sala de aula. Isso pode estar relacionado a essas práticas pedagógicas desenvolvidas especificamente para esse público.

O presente estudo também abordou a formação/capacitação dos docentes e gestão na área de educação inclusiva e embora todos da equipe da escola considerem que ter uma capacitação nessa área facilita o processo de inclusão escolar de alunos, porém, somente 9,1% relataram ter alguma formação voltada para a inclusão, sendo apenas da categoria dos professores (Tabela 1).

A literatura sugere dificuldades relacionadas à formação dos profissionais para atuação na inclusão escolar. De acordo com estudo que analisou as narrativas de 19 docentes em uma escola de ensino fundamental e médio, verificou-se a concordância entre todos os participantes de que a qualificação deveria ocorrer já na formação inicial, ou seja, na faculdade, nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas. Porém, alegaram que esse tema não é discutido, que não há um ponto de partida que os oriente e os faça saber como começar a trabalhar com os alunos deficientes (SOUZA; SOUSA; GONÇALVES, 2020).



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



Resultados semelhantes também foram observados em pesquisa realizada em escolas de ensino básico no município de Jaguaribe/CE, cujos professores relataram ausência de formação inicial que permitisse um conhecimento mais profundo. Além disso, os que tiveram ou cursaram alguma disciplina relacionada à educação inclusiva afirmaram não se sentir aptos a operar com as diversas necessidades desses alunos (LIMA; JERÔNIMO; GOUVEIA, 2020).

Tabela 1 – Porcentagem das respostas às questões relacionadas ao processo de inclusão direcionadas à equipe dos professores da escola

QUESTÕES	RESPOSTAS		
	SIM (%)	NÃO (%)	NÃO TEM ALUNO COM NEE (%)
1 - Na sua visão, a gestão da escola tem desenvolvido um bom trabalho dentro do processo de inclusão?	81,8	18,2	-
2 - Em relação à estrutura física, a escola tem as adaptações adequadas para os alunos com necessidades educativas especiais?	36,4	63,6	-
3 - Na sua análise, o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) se sente acolhido e tratado de forma igual em sala de aula?	72,7	18,2	9,1
4- Há práticas pedagógicas (atividades e avaliações) próprias para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)?	72,7	18,2	9,1
5- Você acha que facilita o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais quando os docentes possuem alguma formação/capacitação na área da inclusão?	100,0	0,0	-
6- Você tem alguma formação ou curso de capacitação na área da educação especial?	9,1%	90,9%	-
7 - Você utiliza práticas ou estratégias em sala de aula para lidar com o preconceito com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)?	54,5%	27,3%	18,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Além dos professores, a atuação da equipe gestora é fundamental para um processo de inclusão efetivo na escola, uma vez que é através das suas atividades que essas discussões e a aplicação de políticas públicas são executadas no ambiente escolar. Considerando que o gestor exerce papel de líder, tal competência possibilita fazer a comunicação das demandas e a implementação das ações (SOARES; SOARES, 2021). Assim, segundo Freitas e Oliveira (2021), a gestão escolar deve ser a primeira que precisa se conscientizar sobre a relevância de atuar na organização da escola na perspectiva inclusiva, e dessa forma, se torne a base para todo o desenvolvimento pedagógico e princípio para a elaboração da proposta pedagógica. Levando



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



isso em consideração, nesse trabalho, observa-se que a equipe gestora considera que ter formação na área facilita o processo de inclusão (Tabela 2).

No entanto, como observado entre os participantes da gestão da Instituição estudada, há uma lacuna na formação desses profissionais, tendo em vista que há uma carência na formação inicial, uma vez que no curso de Pedagogia são poucas as disciplinas voltadas para inclusão. Dessa maneira, momentos de reflexão e ação, bem como formação continuada junto ao grupo gestor são de suma importância (SOUZA; SOUSA; GONÇALVES, 2020; FREITAS; OLIVEIRA, 2021). Apesar dessas deficiências, no presente estudo, a maioria dos professores consideraram que a equipe gestora tem realizado um bom trabalho na execução das práticas de inclusão.

Dentre as diversas funções das unidades de ensino, a construção de forma democrática de um Projeto Político Pedagógico (PPP) é de extrema importância para a escola, ao estruturar, avaliar e reorganizar suas práticas (SOARES; SOARES, 2021). Como mostra na tabela 2, o PPP da escola avaliada nessa pesquisa, contempla os alunos com NEE. Tal previsão é necessária para garantir uma reorganização escolar que consiga efetivar a inclusão, uma vez que é a partir desse documento que desencadeia ações, como: currículo, formação de turmas, práticas de ensino e avaliação (FREITAS; OLIVEIRA, 2021). Ademais, essa inclusão no PPP da escola avaliada se justifica também em virtude da confirmação por parte da gestão da presença de alunos com NEE, como autismo, paralisia cerebral e esquizofrenia (tabela 2).

Outro ponto relevante para um melhor desempenho pedagógico dos alunos com NEE é o acompanhamento do professor especializado em educação especial, que tem nessa formação uma complementação de sua graduação/licenciatura. Segundo a equipe gestora, na Instituição estudada, esse educador não consta no quadro de docentes, mesmo a escola contando com alunos que dão direito a esse profissional.

De acordo com o artigo 18, § 2, da resolução CNE/CEB 02/2001, são considerados professores especializados em educação especial os que desenvolveram habilidades que devem ser trabalhadas em equipe com o docente de classe comum, que possam identificar e produzir práticas e ações pedagógicas que ofereçam mais oportunidades para o desenvolvimento das aptidões dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



Com a ausência do profissional especializado, o professor tenta buscar alternativas e práticas pedagógicas que integrem o aluno com NEE com os demais de modo equânime, contudo não é uma tarefa simples, tendo em vista as dificuldades e limitações que encontram (ALMEIDA, 2017).

A escola estudada também não apresenta as adaptações na infraestrutura adequadas para assegurar o total acesso desses estudantes. Isso se deve ao fato de a Instituição não apresentar completamente o piso tátil, corrimões, rampas, portas largas, sinalizações sonoras, espaços e materiais adequados para incluir esses alunos nas práticas esportivas. Além disso, os móveis, banheiros, laboratórios de ciências e informática, bem como a biblioteca não possuem as adaptações necessárias. De forma similar, Dorigon (2020), no seu estudo, fez um levantamento das escolas da rede pública municipal da cidade de Orleans/SC, em que também se constatou ausência das adaptações prediais, que visam assegurar a acessibilidade dos estudantes com NEE.

Tal deficiência da infraestrutura está relacionada à escassez de recursos orçamentários destinados para as reformas e adaptações na estrutura física da escola. Como apontado pela equipe gestora (66,7%, tabela 2), a Instituição escolar não recebe recursos especificamente para este fim há alguns anos, apesar de incluir essa demanda no planejamento e nos relatórios de gestão encaminhados para a Secretaria Estadual de Educação. No ano de 2008, dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) da escola, foi elaborado um plano de desenvolvimento para beneficiar alunos com NEE. No fim de 2009 entrou o recurso e em 2010 foram construídas rampas de acesso e piso tátil somente em alguns espaços da Instituição, que vem beneficiando de forma parcial o trânsito e a melhor acomodação desses estudantes.

Tabela 2 – Porcentagem das respostas às questões relacionadas ao processo de inclusão direcionadas à equipe de gestão da escola

QUESTÕES	RESPOSTAS	
	SIM (%)	NÃO (%)
1 - Há repasse do governo destinado para os alunos com necessidades educativas especiais?	33,3	66,7
2 - No Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), o aluno com necessidades educativas especiais é incluído?	100,0	0,0
3 - A escola tem professor especializado em educação especial?	0,0	100,0



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



4- A escola possui um ou alguns desses alunos com necessidades educativas especiais (autismo, paralisia cerebral, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade) que dá direito ao professor especializado em educação especial?	100,0	0,0
5- Você acha que facilita o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais quando os profissionais da gestão escolar possuem alguma formação/capacitação na área da inclusão?	100,0	0,0
6 - Você tem alguma formação ou curso de capacitação na área da educação especial?	0,0	100,0
7 - Em relação à estrutura física, a escola tem todas as adaptações adequadas para os alunos com necessidades educativas específicas?	0,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na proposta da inclusão escolar em salas de ensino regular, um outro desafio está em desenvolver mudanças e projetar ações nesse espaço que combatam o preconceito aos alunos com NEE. Esse tema deve e precisa ser discutido para que o aluno com deficiência possa ser incluído cada vez mais no núcleo familiar, social e educacional para a construção de um ambiente favorável a seu aprendizado (COSTA; CARDOSO, 2020). Esse foi um outro ponto analisado, os resultados apontaram que a maioria dos professores (63,6%) e da equipe gestora (100%), respectivamente, concordam que a inserção do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular contribui no combate ao preconceito.

Também foi questionado aos profissionais da escola em relação aos aspectos que, de modo geral, mais podem facilitar e dificultar a inclusão de alunos com NEE. Em seguida, foram feitas as análises acerca das informações subjetivas com relação às narrativas e ideias dos participantes.

Nos relatos dos participantes, observa-se os aspectos mais enfatizados, sugerindo melhorias para promover a inclusão e reforçam os resultados supracitados, considerando a realidade da escola:

A capacitação dos professores e de todos os funcionários da instituição, a total adaptação da estrutura física e materiais pedagógicos adequados (servidor da gestão escolar 01).

A participação familiar, o acolhimento no ambiente escolar, as adaptações necessárias tanto no espaço físico como nas metodologias de sala de aula e o desenvolvimento de trabalhos que promovam a inclusão (professor 07).
Acredito que o investimento em recursos humanos e recursos materiais ajudariam muito no processo de inclusão de alunos (professor 10).

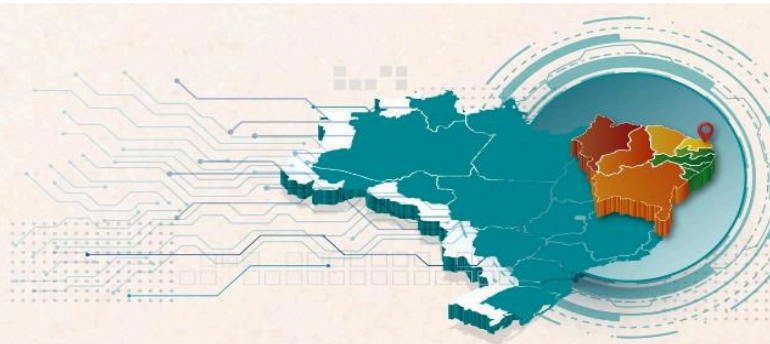


15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



A palavra formação também se evidencia, corroborando assim a necessidade de ter conhecimento específico que compreenda o âmbito da inclusão e estando em acordo com os resultados apresentados nas tabelas 1 e 2:

Formação especializada do profissional, apoio da família e adaptações da escola (professor 05).

A disposição de condições físicas e materiais para acesso a sala de aula e, sobretudo, as condições humanas também. É preciso formação constante para um trabalho mais consistente com os alunos (professor 11).

No que diz respeito aos aspectos dificultadores relacionados à inclusão dos alunos com NEE, as palavras mais frequentes nas respostas dos profissionais são: falta, profissionais, formação, recursos, alunos, escola, inclusão, estrutura, física. No entanto, a palavra “falta”, aparece em maior destaque na nuvem, indicando que os aspectos dificultadores para uma inclusão efetiva na escola encontram-se relacionados a todos os outros fatores, incluindo aqueles facilitadores, que foram citados pelos participantes, conforme as respostas:

A falta de uma estrutura física moderna e confortável e a falta de capacitação/formação dos profissionais da escola (servidor da gestão escolar 01).

A falta de recurso humano especializado na área; A falta de um projeto desenvolvido para atender as suas necessidades e melhorar sua aprendizagem; A falta de estrutura física e materiais adequados; A falta de conhecimento e apoio dos pais (professor 06).

Falta de formação dos docentes, falta de recursos, adequação dos ambientes, número elevado de alunos por turma (professor 09).

Percebe-se pelas respostas dos profissionais, que eles consideram muito importante para a questão da inclusão a formação envolvendo o coletivo, tendo em vista que é feita a menção não só do corpo docente, mas dos outros profissionais da Instituição. Além de adaptação completa quanto à estrutura física e de materiais pedagógicos propícios. Nesse sentido, como aponta Borges (2021), em estudo desenvolvido com 46 profissionais da educação no Estado de Tocantins, um dos principais desafios para a realização do processo inclusivo está exatamente na qualificação destes que lidam diariamente com o paradigma dos alunos com NEE. Além disso, enfatiza a falta da implementação de ações por parte do poder público no sistema educacional inclusivo.

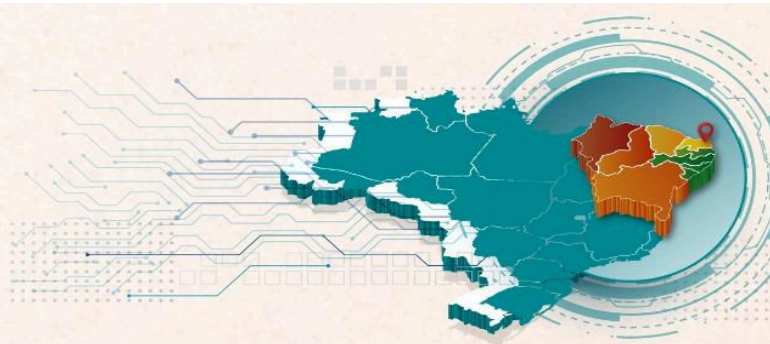


15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



A participação da família também foi um outro ponto muito relevante exaltado pelos participantes dentro do cenário da inclusão escolar. A escola de modo geral e a família exercem papéis complementares e é com a atuação dos pais que se torna determinante o processo educacional, pois contribui diretamente na obtenção de avanços e desenvolvimento de seus filhos com NEE (SOUSA; SÁ-LIMA; VALVERDE, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se constatar que a inclusão de alunos com NEE nas escolas é um processo que, apesar do reconhecimento de lutas e movimentos sociais ao longo do tempo para o surgimento de leis vigentes que amparam seus direitos para a promoção do ensino na rede regular pública, encontra muitas dificuldades para ser executado na prática de modo que realmente possibilite o total suporte que esse público precisa. Os resultados, mostram desafios da equipe gestora e dos docentes, evidenciam que dentre os aspectos mais relevantes para assegurar a inclusão no âmbito da escola avaliada estão a estrutura física, as adaptações com relação à acessibilidade, as quais não atendem integralmente às necessidades do público. Desse modo, todas as medidas adaptativas fundamentais fariam toda diferença para o melhor acesso e bem-estar desses discentes.

Um outro ponto está relacionado à formação dos profissionais da educação dentro da perspectiva inclusiva, que é mais um dos entraves enfrentados pela gestão. É consenso nos relatos a importância e a necessidade de se investir em qualificação, na aquisição de tecnologias e materiais pedagógicos complementares que atendam a diversidade no contexto escolar, inclusive da implantação do professor com formação em educação especial no quadro das Instituições de Ensino, o qual nem todas são beneficiadas, como é o caso da escola pesquisada.

Por fim, o estudo demonstrou a importância da família e do combate ao preconceito, em que os pais/responsáveis precisam estar mais envolvidos juntamente à equipe gestora e docência, para que os alunos com NEE sintam-se reconhecidos no âmbito escolar como parte de um coletivo sem tarjas e distinções.

Considerando tais questões levantadas na pesquisa, é evidente que é preciso haver políticas públicas mais efetivas para o sistema inclusivo que contemplem de fato o aluno com



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



NEE, ou seja, todas as pautas amparadas por lei que asseguram seus direitos, serem desempenhadas na prática através de projetos e ações que realmente desenvolva uma correlação mais ativa entre o ensino regular e a educação especial, tão conceituada pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O poder público precisa possibilitar ao aluno com NEE não somente o acesso ao direito humano de ser parte integrante da esfera educacional, mas realmente dele ser agente dentro dessa dinâmica.

Quanto ao caráter contributivo, a referente pesquisa intensifica o papel da gestão, consequentemente da docência e de todo o quadro que compõe as Instituições escolares nesse cenário inclusivo, possibilitando uma mudança e/ou ampliação de visão no tocante aos indivíduos com NEE, que precisam deixar de ser vistos dentro de um modelo médico, mas sim como o retrato social da interação humana com suas diferenças e limitações. O estudo ainda buscou fomentar e inspirar a prática gestora e docente no exercício da inclusão, quanto à importância e indispensabilidade do compromisso coletivo, de se estar voltado ao processo de adequação, de novas ideias e atitudes, pois as inúmeras dificuldades existentes, sejam arquitetônicas, pedagógicas ou de relações humanas, são abrangentes e fazem parte da realidade do ensino público regular, como foi observado em outras leituras e experiências citadas.

Em síntese, o estudo teve como pretensão maior, fazer a gestão e a comunidade escolar refletir e buscar meios que fortaleçam o processo de inclusão, mesmo com todos os problemas cotidianos, tendo em vista que a cada novo aluno com NEE abre-se caminhos possíveis para novos desafios e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. Dificuldades e desafios para educação inclusiva – a falta de qualificação edespreparo dos professores: um estudo de caso em escolas municipais de Fortaleza-Ceará, Brasil. **Revista Ciencia, Salud, Educación y Economía**, n. 11, p. 90-103, 2017.
- BEZERRA, A.A.C.; BRITO, C.E.N.; MENEZES, T.S. A busca da educação inclusiva noBrasil. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, v. 9, n. 19, p. 557-578, 2017.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB, n.2, de 11 de set. de 2001. Institui Diretrizes Nacionais paraEducação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, Acesso em: 21 de jul. 2021.
- CASTRO et. al, G.G. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual:acessibilidade e adaptações estruturais. **Rev. Edu. Esp.**, vol. 31, n. 60, p. 93-106, 2018.



15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



- COSTA, J. R.; CARDOSO, M. M. R. A inclusão do aluno com deficiência em uma escola pública da cidade de Araguaína no Tocantins: um estudo de caso. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 37887-37905, 2020.
- DIAS, E. F. M.; GONÇALVES, J. P.; FONSECA, M. V. A. T. Diversidade e deficiência: discursos da comunidade escolar sobre o processo de inclusão em escolas de ensino comum. **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-13, 2020.
- FARIAS, J.M.S; BEZERRA, E.P; MALUSÁ, S. Políticas públicas para a educação especial inclusão no sistema educacional brasileiro. **Rev. Ed. Pol. Deb**, v. 7, n. 3, p. 419-430, 2018.
- FREITAS, F.P.M; SCHNECKENBERG, M. Inclusão e formação para atuação do gestor escolar. **Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino**, v. 1, n. 1, p 79-101, 2017.
- FREITAS, F. P. M.; OLIVEIRA, J. P. O. Formação e atuação do gestor escolar na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Imagens da Educação**, v. 11, n. 1, p. 133-155, 2021.
- GARCIA, L. M.; REIS, V. L.; CAPELLINI, V. L. M. F. a relação família e escola no processo de ensino e aprendizagem: concepções de professores de alunos com deficiência intelectual. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 45, p. 62-79, 2021.
- LIMA, T.S.M.; OLIVEIRA, A.S.S.; NUNES, A.K.F. Educação Inclusiva e o olhar do professor sobre a formação docente. *In: Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*, 10, 2021, Aracaju. **Anais [...]**. Sergipe: Universidade Tiradentes, 2021. P. 1-13.
- MARTINS, W. A. Estado e Sociedade: os direitos das pessoas com deficiência e os respectivos deveres do Estado. **Cadernos de direito**, v. 17(32), p. 299-327, 2017.
- NETO et al, A.O.S. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Rev. Ed. Esp**, v. 31, n. 60, p.81-92, 2018.
- OLIVEIRA, P. F. M; MORAIS, L. M. Educação inclusiva: uma breve reflexão do cenário brasileiro. **Revista Somma**, v. 3, n. 1, p. 69-80, 2017.
- SILVA et al., M.A.F. Educação inclusiva: um novo olhar sobre o papel da educação no século XXI. **Revista Espacios**, v. 38, n. 30, p. 19, 2017.
- SOARES, P. H. A.; SOARES, C. S. A. A importância do gestor escolar na promoção da educação inclusiva. **Revista AMAzônica**, v. 26, n. 2, p. 452-467, 2021.
- SOUSA, P. B.; SÁ-LIMA, M. A. C.; VALVERDE, C. A inclusão escolar de alunos com síndrome de *down* na última década. **Pedagogia em Foco**, v. 12, n. 8, p. 44-60, 2017.
- SOUSA, S.E. O direito das pessoas com deficiência: sociedade e inclusão educacional. **Rev. Estudos IAT**, v. 3, n.2, p. 114-126, 2018.
- SOUZA, A. M. B.; SOUSA, C. P.; GONÇALVES, H. M. Representação social e inclusão: lidando com a diferença. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 20, n. 66, p. 1015-1037, 2020.
- TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- XAVIER, L. R; ROCHA JÚNIOR, F. L. Políticas públicas voltadas para educação especial inclusiva no Brasil. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/politicas-publicas-voltadas-para-educacao-especial-e-inclusiva-no-brasil/159590>. Publicado em: 03 set. 2018. Acesso em: 02 fev. 2021.
- ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, J.; ECHEIMBERG, J.O.; LEONE, C. Tópicos de metodologia de pesquisa: estudos de corte transversal. **Journal of Human Growth and Development**, v. 28(3), p. 356-360, 2018.